

Oswaldo Coggiola

De FHC a Bolsonaro

Elementos para uma História
Econômico-Política do Brasil

(1979 - 2019)

1ª edição

LiberArs
São Paulo - 2019

SUMÁRIO

Prefácio

Lincoln Secco	7
O Fim de um Ciclo Econômico e o Novo Sindicalismo	11
Da República Oligárquica ao Varguismo	18
Da “Democracia Populista” à Ditadura Militar	25
A “Transição Política” e o Governo Sarney.....	36
Os Governos Collor-Itamar.....	45
Crise Econômica e Ascensão do PT	52
Os Governos FHC	58
O Brasil Privatizado.....	69
A Degringolada do Governo FHC.....	78
A “Carta ao Povo Brasileiro”	86
O PT no Governo e Lula na Presidência.....	91
Agronegócio e Questão Agrária.....	98
Salários e Programas Sociais Compensatórios.....	102
As Bases da Reeleição e do Segundo Mandato de Lula	111
Crise Mundial e Crise Brasileira.....	122
Da Crise Econômica à Transição Lula-Dilma.....	131
A Instabilidade do Governo Dilma.....	138
O Prelúdio da Tormenta	148
As “Jornadas de Junho” e Suas Consequências	158
Brasil em Ritmo de Copa e de Reeleição	165
A Nova Fase da Crise Econômica.....	175
Dilma II e a Operação Lava Jato.....	182
Da Catástrofe Econômica ao Impeachment de Dilma	193
O (Des)Governo Temer	202
Crise do Governo Temer e Reemergência de Lula.....	212
Do Golpe ao Caos	224
O Tsunami Bolsonaro	232
A Natureza do Governo Bolsonaro	242
Conclusão (Provisória)	257

PREFÁCIO

LINCOLN SECCO

Depois do Golpe de 2016 o Brasil chegou ao caos de 2019. A ascensão de Bolsonaro, como raio em céu azul, não tinha encontrado até aqui o seu historiador. As expectativas de jornalistas, acadêmicos e dirigentes políticos oscilavam da inviabilidade do novo governo à sua expertise e habilidades supostamente ocultas.

Houve os que aventaram a queda iminente, o autocontrole e a normalização, a tutela por oficiais gerais, a inviabilidade administrativa ou até o êxito econômico. O fato é que tudo isso aconteceu simultaneamente. Discursos contraditórios, dificuldades de articulação com o Congresso, um zigzag nas políticas públicas, sucessivas gafes diplomáticas e alocações estapafúrdias.

Nada disso, entretanto, impediu o governo de resistir a dois movimentos de massas em defesa da educação e da previdência pública. E nem de aprovar no congresso uma emenda constitucional contra as aposentadorias e derrubar o orçamento das universidades e da pesquisa científica.

Evidentemente, o novo governo não é desprovido de raízes históricas, apesar das formas ainda mais teratológicas assumidas pelo Behemoth nos trópicos. Franz Neumann assim nomeou o regime nazista: um “não-Estado”, dirigido por um líder dotado de um discurso abominável e irracional. Ainda assim, movido por técnicas que racionalizavam o uso da propaganda e da violência.

Entender esse uso da manipulação racional daquilo que há de mais irracional em massas socialmente indecisas em momentos de crise é a tarefa que se põs Osvaldo Coggiola.

Ele não descarta das diferenças entre o fascismo dos anos 1920 e a extrema direita que cresceu no segundo decênio do século XXI. Como historiador que é, recusa, por outro lado a ideia de que fenômenos de irracionalidade política não possam ser explicados racionalmente, uma vez situados no tempo e no espaço e estudados com um método.

Assim, Coggiola recua à construção do Brasil “moderno” depois da “Revolução de 1930” e perpassa as sucessivas ditaduras e períodos de democracia racionada para revelar as constantes de longa duração sobre as quais se agitam as ondas nervosas da política. Caso contrário, como o historiador explicaria que no período “democrático” o Brasil conheceu 1.133 assassinatos “com motivação política” desde a Lei de Anistia?

O período anterior à ascensão da extrema direita, portanto, não foi isento de contradições. O subcontinente latino-americano retirou 40 milhões de pessoas da pobreza sob governos pós neoliberais. Mas eles estiveram muito longe de serem o oposto do neoliberalismo. Tentaram criar a forma em que os conflitos sociais pudessem se mover sem colocar em risco a Ordem vigente, mesmo ao custo de evitar reformas que, por exemplo, mudassem a estrutura fundiária e a tributária (analisadas neste livro). Lucros e dividendos das empresas em 1996 ingressaram na rubrica de “rendimentos isentos e não tributáveis” e assim continuaram sob os governos do PT.

Como compatibilizar a melhora econômica dos setores mais pobres com a manutenção de um dos índices de desigualdade social mais escandalosos do planeta? O que significa o neo desenvolvimentismo preocupado em primeiro lugar com o equilíbrio fiscal?

Aliás, poderia qualquer governo promover o mero crescimento industrial se a estrutura patrimonial das empresas permanecia fortemente condicionada pelas receitas financeiras? E ainda mais se submetido a uma lei de “responsabilidade fiscal”; e depois do golpe, por um teto constitucional de gastos públicos. O que dizer da situação de populações indígenas e quilombolas face a grandes obras de infraestrutura para um simples megaevento como a copa do mundo ou a olimpíada? Qual o impacto ambiental da manutenção da mineração sem peias das Minas Gerais desde tempos coloniais?

Como o período petista mudou a estrutura de classes no país, mantendo como nexos fundamentais da vida social a violência? É essa sensação de presença constante do passado colonial que faz com que os dados levantados por Osvaldo Coggiola deem a impressão de serem retirados de alguma página de Caio Prado Junior.

Como mostra à exaustão o autor, as estruturas de uma economia exportadora neocolonial jamais romperam com o lugar subsidiário da industrialização. E mesmo esta, assentada em bases tão frágeis, recuou e o Brasil experimentou uma reprimarização de vários setores que se acentuou sob a onda especulativa dos preços das matérias-primas.

Coggiola é um historiador experiente e um fino analista social e político. Decano da cadeira de História Contemporânea da USP ele reúne como poucos as qualidades de um historiador erudito, narrador fluente e pesquisador incansável.

vel. Combina com rara habilidade o uso de monografias de base, dissertações e teses universitárias, artigos de jornal, dados econômicos oficiais e, através da própria vivência do processo analisado, capta os movimentos mais profundos das lutas de classes. Não deixa despercebido o movimento de greves, os ciclos econômicos, as mudanças legislativas, as manifestações de massas a partir de 2013 e, finalmente, a geopolítica e os interesses dos Estados Unidos, aos quais se subordinam, em última análise, as ações dos Estados latino-americanos.

Basta notar que pequenas mudanças de rota dos governos do primeiro decênio do século XXI, as quais não alteravam a supremacia política estadunidense, já foram suficientes para provocar o reposicionamento militar dos Estados Unidos.

Os acordos, a reativação da Quarta Frota, a possível assistência a golpes parlamentares entre outras medidas não aconteceu, frisemos, sem a própria colaboração de governos que se consideravam progressistas. A adoção de mecanismos antiterrorismo, com submissão a protocolos internacionais, tornava-se ridícula num país cujo maior problema de segurança não diz respeito a religiões ou conflitos internacionais e sim à infame desigualdade social que vulnerabiliza populações marginalizadas; à violência policial ilegal; à ação de assassinos a serviço de fazendeiros; e ao conluio entre crime organizado e o próprio aparelho estatal, cuja interface é feita por milícias.

Coggiola lembra que o próprio Governo Dilma Rousseff assentou a colaboração judicial Brasil-EUA e adotou leis que favoreceram a perseguição política do seu próprio partido. Seu ministro da justiça propugnou a vigilância clandestina sobre movimentos sociais em 2013; e outro que, até aquele momento, se dizia comunista, defendeu a repressão a protestos de esquerda. Curiosamente, quando eclodiram manifestações claramente de direita pelo golpe em 2016 um ministro oriundo da tendência “Democracia Socialista” saudou, em nome do governo, o caráter “democrático” delas...

Claro que o PT permaneceu com críticas internas ao seu próprio governo, particularmente à política econômica neoliberal do quarto mandato petista. O autor desse livro ouve vários lados, mas não se furta à ironia muitas vezes. Que outra figura de linguagem poderia ser mobilizada diante de um quadro que seria cômico, caso não tivesse conduzido a população brasileira à tragédia?

A desmoralização de todas as instituições se iniciou pelo sistema político (partidos, congresso e poder executivo em todos os níveis), passou pelo judiciário, imprensa e atingiu os próprios militares. Os incautos imaginavam que ao abrir a porta do zoológico, as feras passeariam pelas sedes do PT e retornariam às suas jaulas.

Logo descobriram, no auge das mobilizações de rua pelo impeachment de Dilma, em 2016, que o fruto da árvore do golpe não estava à mão. Assim, foram

expulsos do éden golpista ouvindo, na bela narrativa do autor: “uma sonora vaia e vivas a Bolsonaro, manifestação que os obrigou a descer apressadamente do palco imaginário de sua glória”.

Mesmo no fragor da batalha do segundo turno das eleições de 2019 escolheram ficar “democraticamente em cima do muro, revelando menos uma vontade suicida do que o desejo voluptuoso de se somar ao carro previsivelmente vitorioso da extrema direita”, como escreve tão bem Coggiola.

Neste livro essencial para se entender o presente o autor não busca desenhar táticas de enfrentamento à crise. Sua densa narrativa de um historiador experimentado nas lides políticas e na investigação científica, já carrega em si e por si mesma as perspectivas que qualquer boa leitura irá colher. Ele mesmo diz textualmente que o futuro da esquerda no Brasil não se resume a decifrar o “enigma Bolsonaro”, mas à compreensão de quatro décadas de lutas de classe. E é a História dessas décadas que ele oferece.

Todavia, Coggiola não se furta a apontar uma alternativa civilizatória ao modo de produção capitalista: o socialismo. Num mundo que remove as barreiras de contenção das classes trabalhadoras para melhor expropriá-las, também desaparecem as ilusões e as mediações que impedem a Revolução.